

Políticas públicas de reconhecimento e de diagnóstico socioambiental nas comunidades quilombolas Cabeço dos Mendes e Curralinho (Afonso Bezerra, Estado do Rio Grande do Norte)

Public policies for recognition and socio-environmental diagnosis in the quilombola communities Cabeço dos Mendes and Curralinho (Afonso Bezerra, Rio Grande do Norte)

Geraldo Barboza de Oliveira Junior¹

Resumo: O presente artigo retrata dados resultantes do Diagnóstico Socioambiental, realizado no ano de 2015, com o objetivo de “Elaboração de um Diagnóstico Rápido Participativo” em duas comunidades rurais negras (remanescentes de quilombos), localizadas no município de Afonso Bezerra, RN. Com metodologia de trabalho de campo, a partir da antropologia visual (imagens e fotos), as comunidades puderam ganhar visibilidade e demonstrar o acesso às políticas públicas (municipais e outras) e ao processo de reconhecimento identitário como quilombos.

Palavras-chave: Diagnóstico socioambiental; Quilombola; Políticas públicas; Comunidade Cabeço dos Mendes. Comunidade Curralinho; Comunidade Quilombola.

Abstract: This article demonstrates results from the Socio-Environmental Diagnosis, carried out in 2015, with the objective of “Elaboration of a Rapid Participatory Diagnosis” in two rural black communities (remnants of quilombos) located in Afonso Bezerra, RN. Using the field work as a methodology and visual anthropology (images and photos), communities were able to gain visibility and demonstrate access to public policies (municipal and others) and to the process of identity recognition as quilombos.

Keywords: Socio-environmental diagnosis; Quilombola; Public policies; Cabeço dos Mendes Community; Curralinho Community; Quilombola Community.

¹ Mestrado em Antropologia Social (UFSC, 1998) e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI); graduado em Ciências Sociais (UFRN, 1987). Antropólogo com atuação universitária e na área comercial (consultoria socioambiental). Docente em universidades públicas e privadas (graduação e pós-graduação); pesquisas relacionadas à Antropologia e Populações Tradicionais (quilombolas, indígenas, povos de terreiros, pescadores artesanais, agricultores e assentados). Atualmente, é Colaborador Não Remunerado no Instituto de Desenvolvimento, Planejamento e Educação Ambiental - IDEA-RN; em três associações Quilombolas no estado do Rio Grande do Norte. Na área socioambiental, atua comercialmente pela Antropos Consultoria Socioambiental em programas de desenvolvimento e suas relações com as Populações Tradicionais e no NEGêDi-IFRN, que promove estudos e pesquisas na área da educação com foco nas questões de gênero e diversidade.

Introdução

A desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões históricas e culturais no Brasil. A extensa e periódica divulgação de indicadores socioeconômicos sob responsabilidade de organismos de estatística e de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) ou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) informam que grandes diferenciais raciais enfatizam marcas discriminatórias no campo da educação, da saúde, da renda, do acesso a empregos estáveis, da violência ou expectativa de vida e indicam dados em que os negros estão submetidos às piores condições. Em algumas dimensões, as variações observadas ao longo do tempo no sentido de uma redução das desigualdades mostram-se modestas em alcance e lentas em sua trajetória. Em outras, as desigualdades não apenas continuam estáveis como até vêm se ampliando em alguns casos (SILVA, 2007).

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na luta pela terra e cidadania dos povos tradicionais remanescentes de quilombos, pois, com a inclusão do artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é assegurada a titulação das terras que estas comunidades utilizam como espaços de vida, de moradia e trabalho. Vale lembrar, ainda, os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro em favor das comunidades negras, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em 2008 completou 60 anos.

Conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), observa-se um acordo internacional firmado em 1989 no âmbito da OIT, que reúne organizações de trabalhadores e empregadores no mundo. No Brasil, só foi ratificada em junho de 2002 e entrou em vigor em julho de 2003. A Convenção 169 dispõe sobre direitos de povos indígenas, tribais e populações tradicionais em geral. Assim, as associações de remanescentes de comunidades de quilombos também se incluem nesta convenção, por conta do artigo 68, contido nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição.

As décadas de 1980 e 1990, foram marcadas por um contexto em que o debate era mobilizado pela questão da existência ou não da discriminação racial no país. A democracia racial ainda sobrevive como um paradigma a ser questionado. O reconhecimento das desigualdades raciais e a reflexão sobre suas causas precisava se consolidar. A partir de meados dos anos 90, a questão racial se inflama e ganha uma nova dimensão. Reconhecida a injustificável desigualdade racial que, ao longo do século, marca a trajetória dos grupos negros e brancos, assim como sua estabilidade ao correr do tempo, a discussão passa progressivamente a concentrar iniciativas necessárias em termos da ação pública para o enfrentamento.

² “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Mas foi nos anos 2000 que as iniciativas de inclusão política ganham relevo, proliferando-se no âmbito do governo federal, nos governos estaduais e municipais, e, de forma autônoma, em algumas instituições públicas como as universidades e o Ministério Público do Trabalho. Programas como os de estabelecimento de cotas visando ampliar o acesso de estudantes negros ao Ensino Superior, assim como programas de combate ao racismo institucional vêm sendo adotados em várias localidades do país. Ações no campo da educação e do mercado de trabalho reforçam as demandas impedindo a reprodução de estereótipos e comportamentos que afetam o acesso a oportunidades iguais e à possibilidade de seu usufruto.

As desigualdades raciais no Brasil configuram-se como um fenômeno complexo, constituindo-se em um dos grandes desafios para governos e para uma sociedade cuja história foi retratada por uma ideologia colonialista e elitista. Enfrentar as dificuldades que se colocam face à consolidação da temática da desigualdade e da discriminação na agenda pública e no espaço de governo surge como um dos grandes desafios no campo das políticas públicas de inclusão e reversão do racismo estrutural.

Compreendendo as desigualdades raciais como produto de um amplo e complexo processo de reprodução de iniquidades e de hierarquias sociais, seu enfrentamento não deve ficar restrito a ações isoladas que possam ser implementadas por um núcleo específico da ação pública. O reconhecimento da desigualdade racial e da necessidade de seu enfrentamento, assim como da eliminação do preconceito e da discriminação raciais pressupõem o reconhecimento de que esses problemas perpassam os mais diferentes espaços da vida social.

Nesse cenário, este artigo é tributário à proposta para a realização do “Diagnóstico socioambiental nas comunidades quilombolas de Afonso Bezerra, RN”. No ano de 2015, a iniciativa foi concebida com uma ação pioneira da prefeitura municipal com o objetivo de identificar, sensibilizar e organizar socialmente as comunidades quilombolas locais. Com esse propósito, criam-se condições e legitimidade ao acesso de ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ).

Este diagnóstico, concebido com a participação efetiva dos atores locais, direcionou a instalação de um processo transformador que agregou conhecimento, qualidade e autonomia ao desenvolvimento comunitário. Diante desta situação transformadora, este artigo reflete sobre a construção dinâmica de políticas públicas ligadas à autonomia dos quilombos e inclusão social dos seus afrodescendentes.

Metodologia

Como recursos metodológicos, foram utilizadas técnicas próprias da Antropologia e da História. Assim realizou-se uma pesquisa histórico-documental, entrevistas, visita de campo, registro audiovisual fruto das iniciativas do diagnóstico.

Em relação à utilização da fotografia como recurso “auxiliar” na pesquisa, salientamos sua importância além do aspecto meramente ilustrativo. Sabe-se que:

A construção de narrativas através da imagem fotográfica vem a ser articulada com o texto verbal e a legitimidade que este alcançou contribuir no sentido de enriquecer e agregar, além de outras formas narrativas como a literatura ou a poesia, complexidade aos esforços de interpretação de universos sociais cada vez mais densos e complexos, onde imagens por sua vez tornam-se cada vez mais um elemento da própria sociabilidade. (ACHUTTI, 1997, p.38-39).

Entende-se a fotografia ou fotoetnografia como um recurso necessário à composição do Relatório Antropológico. Neste sentido:

Parece significativa a ideia dos colegas do Núcleo de Antropologia Visual da UFRGS, quando afirmam que a antropologia visual não se trata de uma disciplina independente, mas... Uma antropologia em imagens poderá ser feita mediante o domínio das técnicas de construção de um vídeo etnográfico, de um filme etnográfico ou de um trabalho fotoetnográfico. Futuramente estaremos fazendo a “velha” e tradicional antropologia também através de uma linguagem multimídia (ACHUTTI, 1997, p.39).

Em termos metodológicos:

A proposta aqui é do emprego da antropologia visual enquanto um recurso narrativo autônomo na função de convergir significações e informações a respeito de uma dada situação social (ACHUTTI, 1997, p.13).

Em relação à história oral, presente nos discursos e entrevistas realizados, considerou-se que “através da memória individual, será possível recuperar a memória coletiva de um período sobre o qual existe muito pouca documentação. Essa história, além de contribuir para um melhor conhecimento da comunidade[...]” (BECKER, 2001, p.286). Assim, podemos entender, em consenso que:

Usando a história oral como método e prática de pesquisa, somada às formas tradicionais, percorreremos, juntamente com nossos personagens, lugares da memória e do esquecimento, para “reconstruir” as suas trajetórias de vida, tentando assim montar um quadro histórico do período pesquisado (BECKER, 2001, p.286).

Assim, a antropologia visual e a história oral, como recursos metodológicos e técnicos, possibilitam suportes às pesquisas envolvendo populações tradicionais, em particular as comunidades negras rurais, que ainda se encontram em um processo de invisibilidade social. Para o historiador Josemir Camilo de Melo:

Quando se analisa a história do povo negro, não se deve usar da mesma metodologia que se usa para abordar a história dos povos europeus e seus descendentes nos trópicos. A história dos brancos é feita de documentos oficiais e particulares, já que estamos tratando aí de uma sociedade letrada. No caso dos africanos sequestrados e trazidos para o Brasil e seus descendentes aqui nascidos e mantidos como iletrados, os documentos para estudar sua história não são mais do mesmo caráter, ou seja, material escrito. Portanto, o historiador deveria proceder um desvio metodológico e teórico, optando então pela etnografia e buscar a fala do povo negro nas fontes antropológicas e etnológicas (MELO, 2001, p.189).

Essa situação vem ao encontro de uma demanda presente e crescente em toda a sociedade nacional. No caso do Rio Grande do Norte, o relatório realizado das iniciativas locais constituem um momento especial de um processo de apropriação das duas comunidades e construção de suas identidades quilombolas.

Construiu-se o momento político como uma ação revestida de uma importância maior para as comunidades de remanescentes de quilombos de Curralinho e Cabeço dos Mendes em sua trajetória de luta e superação de dificuldades.

A presença de comunidades quilombolas em Afonso Bezerra

Foto 1 - Reunião na comunidade quilombola Cabeço dos Mendes, realizada em janeiro de 2015



Foto 2 - Reunião na comunidade quilombola Curralinho, realizada em janeiro de 2015.



O Rio Grande do Norte é um Estado que mostra formas de apropriações territoriais bastantes complexas e distintas pelos diversos grupos de negros habitantes do local. A escravidão ocorreu, basicamente, em função dos engenhos de cana-de-açúcar, próximos do litoral, e da pecuária, nas fazendas do sertão.

Na região do Semiárido ou Seridó (ou ainda zona da caatinga), os fazendeiros não podiam sustentar muitos escravos devido aos longos períodos de estiagem. Os poucos que existiam viviam como vaqueiros hábeis, barbeiros, ferreiros, músicos, seleiros, amansadores de cavalos e burros. Era comum a fuga de escravos da região do Brejo, na Paraíba, para a região do Seridó, no Rio Grande do Norte. Aí conseguiam facilmente trabalho nas ocupações descritas. Não foram poucos os casos de escravos que ganharam glebas de terra, gado e até dinheiro como alforria. Explica-se que, nas secas, os patrões ficavam numa situação precária, muitos faliam. Os escravos, por sua vez, sempre tinham algum dinheiro em função de seus ofícios. Emprestavam a juros sob a tutela de sua ordem religiosa: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

As comunidades negras encontradas no Rio Grande do Norte são, em sua grande maioria, oriundas de dois processos de organização econômica: a pecuária no Seridó e a cana-de-açúcar, próxima ao litoral.

Neste artigo, encaminham-se fotos e falas dos moradores das comunidades quilombolas de Curralinho e Cabeço dos Mendes em relação ao seu universo socioambiental. Sua vida e seus valores expressos como verdades, possivelmente, questionáveis, porém sempre respeitados. Em ambos os casos, a história dessas comunidades não difere da história das comunidades negras no Brasil: uma história ligada à terra, como bem lembrou a antropóloga Neusa Gusmão:

A terra não é apenas realidade física, antes de tudo; é um patrimônio comum e, enquanto tal, difere de outras terras, de outros lugares e de outros grupos. A terra é sinônimo de relações vividas, fruto do trabalho concreto dos que lá estão, fruto de memória e da experiência pessoal e coletiva da gente, os do presente e os do passado (GUSMÃO, 2001, p.337).

Figura 1 - Mapa do RN com localização do município de Afonso Bezerra



A história do município de Afonso Bezerra é revelada por vestígios arqueológicos encontrados na região. Utensílios como panela de barro, lança de pedra, traços da cultura dos indígenas que habitaram na região. A partir do século XIX, por volta do ano de 1850, a fazenda Carapebas situada à margem do rio Salgado deu origem a um povoado de mesmo nome.

De forma geral, o município de Afonso Bezerra não foge às condições gerais das outras cidades vizinhas, uma típica cidade do interior com sua rotina pouco alterada. A renda é representada pelas atividades agropastoris, o pequeno comércio, o funcionalismo público e as aposentadorias.

O território é a condição essencial que define quem são os grupos negros, onde estão e por quê. A relação com a terra estrutura diferentes visões de mundo e constitui o direito de nela estar e nela permanecer. A terra-território torna-se um valor de vida, um espaço de sentido, investido pela história particular de cada grupo, tornando-se polissêmica, dinâmica e mutável (GUSMÃO, 2001, p.337).

Em relação ao município de Afonso Bezerra, segundo o MDS, existem quatro comunidades quilombolas, a saber:

Tabela 1 – Comunidades quilombolas de Afonso Bezerra

UF	IBGE	COMUNIDADE
RN	2400307	BARRA
RN	2400307	CARETA
RN	2400307	CURRALINHO
RN	2400307	LAGOA DA ILHA

Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/gestao-municipal/processo-de-Cadastramento/arquivos/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf>.

Entretanto, na atualidade, somente são identificadas três comunidades quilombolas: Cabeço dos Mendes, Curralinho e Família Américo. Todas com origens, principalmente, na comunidade de Aroeira, localizada no município vizinho de Pedro Avelino. Entretanto, a formação dessas comunidades, também, inclui laços matrimoniais com pessoas de outras comunidades e, mesmo, de outros municípios (Como Santana do Matos).

Em relação à informação do MDS, entendemos que há, na atualidade, um erro de interpretação e de informação. Explica-se: a comunidade de Barra é, na realidade, uma denominação anterior da comunidade de Cabeço dos Mendes (está localizada na barra do rio que define os limites das terras da família Mendes). A comunidade de Careta foi despovoada, sendo que seus poucos habitantes (cerca de quatro famílias) residem atualmente na zona urbana. A comunidade de Curralinho tinha suas terras vizinhas à comunidade de Aroeira e à comunidade da Família Américo. A comunidade de Lagoa da Ilha é citada pelos moradores do município como não existente.

As duas comunidades de Afonso Bezerra, que foram objeto do diagnóstico, Cabeço dos Mendes e Curralinho, mantêm situações culturais comuns entre si: destacam-se o trabalho em uma agricultura, completamente dependente das chuvas (que são raras na região), falta de trabalho (a produção de carvão termina sendo uma das poucas opções de trabalho e renda), uma grande quantidade de casas de taipa e sem banheiros, baixa escolaridade entre os jovens, falta de perspectiva e uma grande dependência dos Poderes Públicos. Entretanto, têm em comum, como maior referência, a relação com o território como local definidor de uma identidade: *terra de negros*. Para a antropóloga Neusa Gusmão:

Os grupos negros contemporâneos buscam recuperar o passado, elaborando a percepção do presente e dando origem a uma territorialidade negra que se inscreve no imaginário, em relações sociais fundamentais, na organização do trabalho, do parentesco, da família. Uma territorialidade na qual se inscreve a visão de mundo, inscrevendo-se no próprio corpo e indo para além dele, realizar-se plenamente no espaço da terra e constituindo-se em campo de defesa da terra-território. Uma terra que não estando fora do sistema, exige deles, negros, a necessidade de operar com códigos diversos, os de seu mundo e tradição, os do mundo do “outro”, no qual buscam fazer valer os direitos postos pelo costume e tradição (GUSMÃO, 2002, p.346).

A exposição das comunidades de Curralinho e de Cabeço dos Mendes vai ao encontro

desta demanda, valorizando suas falas como História construída e legítima.

Assim, este texto vai tratar das comunidades quilombolas que foram objeto do Diagnóstico socioambiental de identificação realizado no ano de 2015. A terceira comunidade, hoje identificada (porém não diagnosticada e nem certificada, a Família Américo, localizada na Serra Nova) não será tratada aqui.

Comunidade quilombola Cabeço dos Mendes

Assim, o grupo étnico não está baseado nem na ocupação de territórios exclusivos, nem no isolamento, mas na reafirmação contínua de sua diferença na relação e em relação aos outros. Mesmo quando há o contato permanente entre grupos e uma tendência à redução de diferenças culturais entre eles, a reafirmação permanente das fronteiras étnicas se manifesta por meio de uma estrutura de interação, ou seja, um conjunto sistemático de regras, e códigos de conduta para interação, que regulam os encontros sociais interétnicos. As regras de interação selecionam e isolam certos segmentos da cultura de possíveis confrontações e mudanças, permitindo a redefinição e perpetuação da diferença e, assim, dos próprios enquanto entidades categoriais (ARRUTI, 2014, p.199)

O espaço geográfico de Cabeço dos Mendes é de uma comunidade implantada em pleno sertão. Está localizada a cerca de 8 km da sede do município. Atualmente, numa área de menos de 10 hectares, existem 20 casas, abrigando cerca de 100 habitantes. As casas, antes do ano de 2015, eram todas de taipa. Tinham energia elétrica domiciliar. Faltava abastecimento de água nas casas e os banheiros eram bastante precários (adaptações). Existe um poço artesiano e, também, cisternas de placas (com capacidade para 15mil litros) em todas as casas. Em janeiro de 2016, a Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra construiu 16 casas de alvenaria para as famílias da Comunidade Cabeço dos Mendes. As outras 2 restantes estão em processo de construção. A grande maioria das casas tem cisternas de placas, com capacidade para 15 mil litros, obtidas através do Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC. A pouca água tem uso doméstico e na irrigação de quintais produtivos (avicultura, horticultura e agricultura). Nota-se que toda a água é aproveitada. Por exemplo, na base das torneiras, planta-se capim e outras ervas para uso dos animais e dos homens. As casas são agrupadas em função dos arranjos familiares. No geral, os filhos moram ao lado das residências dos pais.

As atividades de subsistência compreendem a extração de lenha e o fabrico de carvão (para uso e comércio), a busca por *bicos* ou trabalhos temporários, o acesso às rendas das políticas sociais (bolsa família, bolsa escola e aposentadoria) e iniciativas familiares em torno da agricultura de quintais.

Foto 3 - Casas de taipa, ano 2015



Foto 4 - Casas de alvenaria, ano 2016



Sobre a origem da comunidade, seguimos com a fala do Senhor João Bosco, que se destaca como pioneiro no local.

Foto 5 - João Bosco, liderança histórica da comunidade quilombola Cabeço dos Mendes



Contavam assim... porque meu avô... esses terrenos daqui eram dele, do meu bisavô. Essa terra começava aqui e ia até curralinho. Antigamente ele vendia para sobreviver, vendia as braças, sem muito valor, Chico Souza³ começou a comprar...Ele vendia tantas braças, eles vendiam algodão na folha, quando era no final do mês não dava para pagar, daí pagava em terras. Daí perdeu tudo, o único que ficou foi meu avô, que era outro besta...era um merda, Deus que me perdoe, (risos), mas era mesmo porque a pessoa ter o que é seu e dar aos outros, é besta... Chico Souza³ era o Deus dele, se ele plantasse duas carreiras de feijão uma era dele, e outra de Chico Souza, daí ele tomou tudo. Quando ele morreu, morava lá em cima, daí Chico Souza foi e passou a mão, como ele contava...não comadre esse terreno aqui ele me vendeu antecipado, antes dele morrer ele já tinha vendido o terreno, não tinha quem brigasse e se apossou, depois minha mãe comprou um pedaço ali, aí antes dele vender esse terreno aqui aí deixou essa área de terreno aqui para minha mãe, não dá nem dez hectares.

³ Famoso político local.

Em continuação, registra-se um trecho da entrevista:

Pesquisador: *Então hoje a área que ficou do cabeço do Mendes aqui é essa que ficou da sua mãe?*

João: É. Cabeço dos Mendes...porque aqui era Santa Luzia. Começava daqui até o Careta. Aí dissemos...

Pesquisador: Careta tem negros, seu João?

João: Não mais.

João: Aí o nome começou de uma brincadeira, a gente conversando: tu vai pra onde? vou lá pro Cabeço dos Mendes, aí pronto ficou... aí eu digo: _que bonito! Porque é o nome da minha família.

Pesquisador: O pessoal daqui veio de Aroeira?

João: Minha vó é de Santana do Mato⁴, a mãe da minha mãe, e o meu avô, pra mim que ela tinha me dito que ele era do Curralinho, acho que ele tem parte com o pessoal de Curralinho.

Pesquisador: Em Santana tem negros morando lá na serra: a família dos Limão.

João: Minha vó é de lá, é da serra mesmo.

Pesquisador: Lá tinha dois núcleos de família lá em cima, três em baixo e dois em baixo em cima da terra.

João: Minha vó é da família Canela⁵ lá de Santana do Mato.

Trabalho e renda

As famílias locais sobrevivem de programas sociais, da fabricação do carvão, de uma horticultura e avicultura (projetos recentes), da agricultura sazonal (quando chove) e de trabalhos como mão-de-obra em fazendas, obras e no cuidado de animais. O carvão atua como carro-chefe da renda familiar.

Foto 5 - João Bosco, liderança histórica da comunidade quilombola Cabeço dos Mendes



⁴ Sobre a família Canela, existe a citação em versos do ABC dos Canela que cita: “O velho João Batista canela de Ferro, residente no sítio Barra da Onça, no município de Santana do Matos, era pai de numerosa família conhecida por Canelas de Ferro. A 25 de dezembro de 1895, os filhos do velho Canela de Ferro foram a Santana para uma desforra com a polícia local. Eram eles: Antônio, João, Luiz, Manoel, Miguel e Paulino. Houve uma verdadeira batalha, na qual morreram o Sargento Rogério e quatro irmãos Canelas. A tradição oral conseguiu guardar o verso ABC DOS CANELAS... atribui-se sua autoria ao poeta cantador, conhecido como Preto Salvador e memorizada pelo meu amigo de saudosa memória Aurino Fernandes”.

A horticultura é realizada de forma tradicional (que inclui o plantio de coentro e cebolinha) e também existe a implantação de um experimento de horticultura no sistema de mandala.

A pecuária local inclui a caprinocultura e a avicultura. A criação de suínos é executada em uma área distante das casas. Está localizada na entrada da comunidade. Os chiqueiros são cercados, com o piso em cimento e coxos em alvenaria. Existe, visivelmente, uma preocupação local com a condição sanitária na criação destes animais. Recentemente, foi implantado, com algumas famílias, um projeto de avicultura nos quintais (galinhas caipiras) por meio da EMATER-RN. As aves pertencentes aos núcleos familiares são criadas soltas.

Foto 7- Sistema de Mandala



Foto 8 - Horta convencional



Foto 9 - Criação de aves



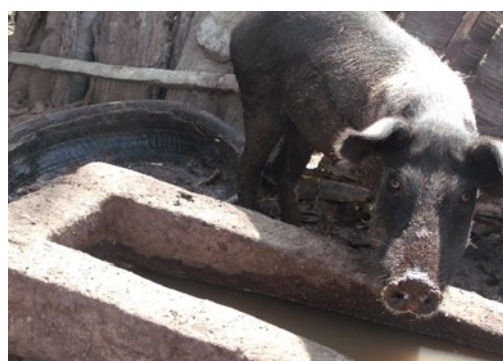
Foto 10—Avicultura convencional (com. animais soltos)



Foto 11 - Criação de caprinos soltos



Foto 12—Criação de caprinos soltos



Em termos gerais, os habitantes locais gozam de boa saúde. Não é apresentado quadro de desnutrição entre crianças e/ou idosos.

O transporte, pela proximidade com a zona urbana, é resolvido com motos (a comunidade usa do serviço de mototáxis) e com o ônibus escolar.

Referente aos dados sobre a educação, menos de 20 jovens concluíram ou estão cursando o Ensino Médio. Uma moradora já cursou uma graduação em uma faculdade privada em outro município (mas cancelou devido ao casamento, ao trabalho e à moradia em Afonso Bezerra).

A comunidade de Cabeço dos Mendes, atualmente, está articulada com o Movimento de Organização das Comunidades Quilombolas do RN. Entretanto, enfrenta desafios em sua organização política internamente. As famílias reclamam que, apesar de uma sede nova, não ocorrem reuniões para discutir e decidir os interesses da comunidade. A ausência de um programa de apoio por parte do Estado em assistência para essas comunidades é um dos fatores apontados. Por outro lado, uma parceria entre a Antropos Consultoria Socioambiental e o Instituto Tecnológico Federal do Rio Grande do Norte está sendo discutida para a realização de ações de apoio neste aspecto. Foi ressaltado que a associação local se encontra em situação de inadimplência, como também não desenvolve iniciativas culturais.

Foto 13 - Dona Nininha, liderança histórica da comunidade quilombola Cabeço dos Mendes



Comunidade quilombola de Currálinho

A comunidade de Currálinho está localizada a cerca de 9 km da sede do município. A exatidão da área não foi precisa no momento de visitação. Trata-se de uma área que já foi dividida entre famílias e compreende o que eles denominam de Currálinho de cima e Currálinho de baixo. O certo é a existência de 16 casas e 14 famílias, duas casas encontram-se fechadas. No total, a comunidade possui cerca de 46 habitantes.

As casas da comunidade de Currálinho são, em sua maioria, feitas de taipa e cobertas com telhas de barro. Existem algumas casas de alvenaria. As residências contam com energia elétrica. Nenhuma delas dispõe de água encanada dentro de casa. Os banheiros são adaptados. As cozinhas utilizam, em sua maioria, o carvão como fonte de energia. A grande maioria

das casas tem cisternas de placas, com capacidade para 15 mil litros, obtidas pelo Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC. Elas são abastecidas cerca de uma ou duas vezes ao mês.

Foto 14 - Casa de taipa



Foto 15 - Casa de alvenaria



O acesso à comunidade de Curralinho é feito por uma estrada de barro em meio à caatinga. Existe, como no Cabeço dos Mendes, uma área de baixio que, em períodos de chuva, vira um grande açude. Nestas áreas, é marcante a presença de carnaúbas.

A pouca água disponível é destinada ao uso doméstico. Um poço na comunidade e outro furado nos últimos anos. No entanto, esses poços não apresentam água apropriada para consumo, sendo salobra. Nota-se que a água é um bem escasso e compartilhado entre os moradores.

Apesar das limitações com a água e as condições de salubridade, devido à precária situação de saneamento, a saúde da população, em termos gerais, não apresenta graves problemas. Eles recebem a visita de um agente de saúde que acompanha a comunidade no tocante a estes aspectos. Os moradores que precisam de acompanhamento médico mais intenso são quatro diabéticos e cinco hipertensos, além de uma pessoa que apresenta crises epiléticas, porém são casos controlados, pois se tratam com medicações distribuídas pelo SUS.

Foto 16 - Estrada de Acesso para a comunidade quilombola Curralinho



Foto 17—Serrote: paisagem local



Foto 18 - Cisterna utilizada para captação de água da chuva



Foto 19-Transporte de água para consumo



A Comunidade de Currálinho, atualmente, está com um engajamento político em ascensão. São realizadas reuniões mensais na sede da associação. Todos os sócios estão pagando as mensalidades. Os jovens estão começando a participar das atividades. Existem três pessoas com curso superior (uma pós-graduada e dois graduandos).

A possibilidade da parceria da Antropos Consultoria socioambiental e o Instituto Tecnológico Federal Rio Grande do Norte está tendo a participação ativa da comunidade.

Através da memória de Dona Nazaré que se pode conhecer a história do Currálinho. Na entrevista realizada, ela cita a comunidade de Aroeira, no município vizinho de Pedro Avelino, como referência de ancestralidade; cita, também, a localidade de Espinheiro (que envolve a figura de Vovó, parente centenário e informante citado em redes sociais).

Foto 20—Dona Nazaré, liderança histórica da comunidade quilombola Currálinho



H1 – Disse que os primeiros daqui vieram uma parte veio de Aroeira né? Mas vieram de onde?

M2 – Do meu conhecimento... eu tô com sessenta e cinco anos completei agora né? Não. Eu morava lá naquele Currálinho de compadre Zé né? Mamãe morava lá... mamãe morava lá... e meu esposo morava aqui... nasceu aqui também... aí a casa do pai dele era ali Francisco aonde vocês passaram.

H1 – Não e o avô... o avô da senhora veio de onde? Lá do outro Currálinho...

M2 – Não... o meu avô... num sei nem de onde meu avô veio... meu avô é de espinheiro.

H1 – Espinheiro.

M2 – O meu avô... Não quer dizer o meu avô por parte de mãe né?

H1 – É.

M2 – Por parte de mãe é de Curralinho.

H1 – Curralinho.

M2 – É.

H1 – Já nasceu aqui.

M2 – Já nasci no outro Curralinho.

H1 – No outro Curralinho.

M2 – Agora num chame Curralinho não... (num plante um... uma divide) pronto num tem o lugar onde [...] aí diz “Curralinho do lado de lá” “Curralinho do lado de lá” aí [...] aí vieram e botaram Curralinho dois aqui e Curralinho um lá né? por que Curralinho era conhecido lá.

botaram Curralinho dois aqui e Curralinho um lá né? por que Curralinho era conhecido lá. Era Curralinho lá... esse aqui num era conhecido.

H1 – Curralinho lá é mais... é... o um é mais antigo?

M2 – O um é mais antigo por que esse toda vida foi antigo mas num diziam que era... era um Curralinho só né? aí dividiam do tempo da (sucan) aí dividiram.

H1 – E o povo do outro Curralinho?

antigamente era minha mãe era meu tio que mora aí... era...

H1 – Os avós da senhora já moravam lá também?

M2 – Já... moravam lá meus avós...

H1 – E os bisavós?

M2 – Os bisavós também eram de lá.

H1 – Eles disseram que eles vieram de onde quando eles falam assim?

M2 – Não aí eu num... minha bisavó já faz muito tempo que morreu que já foi que criou minha mãe foi minha bisavó... a vó de mamãe foi que já criou ela que a minha mãe... minha vó legítima por parte de mãe ela morreu... ela já foi que criou as netas... três filho... tia Socorro... Dedé... e mamãe.

H1 – Hum... Então Curralinho já existe há muito tempo?

M2 – Existe há muito tempo! Nasci e me criei lá. ((risos)) Nasci e me criei lá... Me casei passei pra esse outro Curralinho.

H1 – A mãe da senhora também... o avô da senhora também... a bisavó da senhora também foi de Curralinho?

M2 – É. Foi de Curralinho. Era de Curralinho.

H1 – Unhum... E sempre moraram os negros lá dona [...].

M2 – Mora mora. Tudo são negro. O povo tudo são negro.

M2 – [...] da energia esse aqui que ampliou o povo do outro Curralinho que morava lá

De forma geral, as condições de moradia, trabalho, renda, educação e saúde são em muito semelhantes nas duas comunidades; daí a opção em se ater, quase que exclusivamente, à História da comunidade. As raízes que as unem são muitas vezes relações matrimoniais, de compadrio, de ajuda mútua e reconhecimento de identidades comuns: negros resistentes no sertão de Afonso Bezerra.

Foto 21- Vovô (falecido recentemente) e sua esposa, referências de ancestralidade quilombola no Cabugi



Considerações finais

O exercício da prática antropológica como é o caso dentro de específicas condições de pesquisa, como é o caso da realização de estudos para a produção de relatórios, pareceres e laudos antropológicos que instruem procedimentos administrativos e judiciais que visem o reconhecimento das comunidades das terras de Quilombos, ao mesmo tempo em que nos tem feito refletir criticamente sobre as dificuldades de tal prática, também tem acenado com uma nova reconfiguração de saberes, propiciada por um campo de pesquisa que conjuga o envolvimento das comunidades pesquisadas, dos pesquisadores de várias áreas, militantes de movimentos sociais, dos profissionais de entidades e instituições públicas, entre outros. (CHAGAS, 2005, p.71)

Observou-se que o exercício da prática antropológica voltada para a realização de relatórios e reconhecimentos das comunidades como propõe Chagas (2005) abre um novo caminho para as populações quilombolas.

A identificação e a caracterização das comunidades negras remanescentes de quilombos supõem critérios de valorização através dos territórios ocupados, sua cultura e autoidentificação como “Terra de Pretos”, “Remanescentes de Quilombos”, “Comunidades Negras Rurais” e “Mocambo e Quilombo” (GUSMÃO, 2001).

Torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas que possam reverter o assistencialismo e garantir autonomia e desenvolvimento autossustentável nas comunidades quilombolas, conforme aponta Ilka Boaventura Leite (2005).

Os dados apresentados retratam a expropriação e a perda de terras como parte da história dessas comunidades, ou seja, os territórios das comunidades quilombolas têm, geralmente, ao longo de sua história, mudanças significativas em relação à dimensão territorial.

Tornou-se visível a cultura, o mundo social e político que cerca as comunidades unidas por relações de parentesco, amizade e religiosidade. Diante das políticas públicas municipais ligadas à moradia, ao saneamento básico, à educação e à saúde, surgem novas condições de vida e sobrevivência. A demanda participativa e inclusiva dos sujeitos surge de forma construtiva para os novos tempos em que é marcante um sentido modernizado da cultura.

No momento, podemos verificar ações:

As instituições oficiais designadas por meio de Decreto Presidencial para implantar políticas e também autarquias, como o Incra, responsável direto pelas regularizações fundiárias. Além disso, o Governo Federal estabeleceu uma ampla rede administrativa de execução das políticas públicas nas comunidades quilombolas, além de programas como o chamado Brasil Quilombola (LEITE:2008, p.78)

Mesmo assim:

A implementação dessas políticas, contudo, tem caminhado em descompasso com a titulação dos territórios, ficando as associações quilombolas cada vez mais dependentes do assistencialismo e com menos autonomia para questionar o desenvolvimento autossustentado de seus territórios (LEITE,2008, p.80).

Um aspecto relevante, em se tratando de comunidades negras, é o espaço territorial no qual elas estão localizadas. Geralmente, na memória local, o território atual é menor que o ocupado anteriormente. A expropriação e a perda de terras é parte da história dessas comunidades. Ou seja; os territórios das comunidades quilombolas têm, geralmente, ao longo de sua história, mudanças significativas em relação à sua dimensão territorial. Assim, resta afirmar que as comunidades de remanescentes de quilombos de Cabeço dos Mendes e Curralinho representam mais uma face da sociedade brasileira que teima em ter visibilidade e acesso às políticas sociais.

Em tempo: No ano de 2020, as duas comunidades foram objeto de um estudo de impactos socioambientais devido à ampliação de uma linha de transmissão de energia que passa próxima ao seu território. Como resultado, foi elaborado um Plano Básico Ambiental quilombola de compensações socioambientais que trouxe benefícios significativos para as famílias quilombolas. Podemos destacar a construção de sedes com espaço para escritório (mobiadas e com 01 computador, datashow e cozinha com fogão e freezer), açude (em Curralinho).

Foto 22 - Sede da Associação Cabeço dos Mendes



Fonte: O autor (2023)

Foto 23 - Sede da associação Curralinho



Fonte: O autor (2023)

Foto 24 - Detalhe de salão da sede Curralinho



Fonte: O autor (2023)

Foto 24 - Detalhe de salão da sede Curralinho



Fonte: O autor (2023)

Foto 25 - Detalhe de salão da sede Curralinho



Fonte: O autor (2023)

Referências

ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997.

ARRUTI, J. M. Etnicidade. *In*: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

CHAGAS, M. F. Estudos antropológicos nas comunidades remanescentes de quilombos: sinais que amplificam a luta por uma vida histórica, vida jurídica. *In*: LEITE, I. B.(org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER; ABA, 2005.

GODOI, E. P. Territorialidade. *In*: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

GUSMÃO, N. M. M. Herança quilombola: negros, terras e direitos. *In*: MOURA, C. (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EdUFAL, 2001.

LEITE, I. B. (org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER; ABA, 2005.

LEITE, I. B.; CARDOSO, L. F. C.; MOMBELLI, R. (org.) Territórios quilombolas: reconhecimento e titulação das terras. **Boletim informativo do NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas**, v. 2, n. 2, Florianópolis, NUER; USFC, 2005.

MEDEIROS, B. T. F. Quando o campo é o quilombo: etnicidade, políticas patrimoniais e processos de negociação. *In*: TAMASO, I. M.; LIMA-FILHO, M. F. (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: ABA, 2012.

MELO, J. C. Quilombos do Catucá: uma herança dos Palmares no Pernambuco oitocentista. *In*: MOURA, C. (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EdUFAL, 2001.

MOURA, C. (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EdUFAL, 2001.

OLIVEIRA JUNIOR, G. B.; MARQUES, J. B. **Diagnóstico socioambiental nas comunidades quilombolas de Afonso Bezerra**. Natal: Antropos Consultoria socioambiental, 2015.

SANSONE, L.; FURTADO, C. A. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

SILVA, D. S. Constituição e diferença étnica: o problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil contemporâneo. *In*: MOURA, C. (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EdUFAL, 2001.

SILVA, C. M. M. **Em busca da realidade: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SUNDFELD, C. A. (org.). **Sociedade Brasileira de Direito público: comunidades quilombolas. Direito à terra (art. 68 de ADCT)**. Brasília: Fundação Cultural Palmares; MinC; Editorial Abaré, 2002.

TAMASO, I. M.; LIMA-FILHO, M. F. (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: ABA, 2012.

THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

TRECCANI, G. D. Os diferentes caminhos para o resgate dos territórios quilombolas. *In*: LEITE, I. B.; CARDOSO, L. F. C.; MOMBELLI, R. (org.) Territórios quilombolas: reconhecimento e titulação das terras. **Boletim informativo do NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas**, v. 2, n. 2, Florianópolis, NUER;USFC, 2005.